

Brincando de escolinha

LEONARDO TREVISAN

23 JAN 1990



Era uma vez um país que possuía dois grandes males: a saúva e a educação. Consta que, quanto ao primeiro, a ciência do outro lado do Atlântico — o do Norte — foi

muito competente e o venceu, apesar da descoberta recente de que parentes menos nobres da espécie seriam os maiores responsáveis por graves infecções hospitalares. Quanto ao segundo, parece ter sido condenado a uma triste provação: a cada década, mais ou menos, lança-se no mercado de idéias um novo santo remédio, aquele que vai resolver definitivamente os problemas educacionais dos brasileiros. E, na cura do mal, já tivemos quase de tudo, do mais acabado conservadorismo empedernido, até o mais legítimo e enfurecido “revolucionarismo” anárquico-destrutivo. Tudo em vão. O mal segue forte e saudável, como nunca.

Neste final de ano, o Estado mais rico da Federação foi especialmente exemplar em termos educacionais: milhares de alunos do segundo grau foram aprovados em física, química e geografia por decreto, porque não existiam professores para as disciplinas... Medicina, o curso mais procurado da Universidade de São Paulo, reduziu sua nota de corte no vestibular, que, no ano passado, exigia 60% de acerto na prova, para menos de 44%... Na Universidade Federal de Pernambuco, com 2.925 vagas disponíveis, somente 2.355 estudantes foram aprovados, sendo que, por exemplo, no curso de Geologia, com 20 vagas, nenhum candidato obteve a nota mínima... O IBGE garante que o número de analfabetos não decresce, muito ao contrário, quando comparado com o crescimento vegetativo... Os índices de evasão escolar da primeira série do 1º grau e de reprovação dos que “insistem” são impressionantes a ponto de chamarem a atenção da Unicef...

Para grandes males, grandes remédios. E os novos bálsamos começam a aparecer. Desponta no horizonte, em especial do Poder Executivo, um conjunto de idéias sobre educação, escolhidas a partir de “alvos” muito populares. Como não poderia deixar de ser, o primeiro deles é o vestibular que passa a ser encarado como “teste de nervos” que, em alguns Estados, deve ser substituído por um reforço do segundo grau, o mesmo segundo grau que, no Estado mais rico da Federação, não consegue ter professor de geografia... O segundo “alvo” deste conjunto é a evasão escolar, descobrindo-se que basta mudar o calendário para a evasão diminuir, uma vez que os alunos deixam a sala de aula porque devem trabalhar com a família no campo, na época da colheita. Seria interessante, talvez,

Os males da educação continuam fortes como nunca

conhecer os estudos do MEC sobre o tema, mostrando que os milhões de crianças, que saem e permanecem fora da escola depois de matriculados, agem assim por motivos muito maiores que um mero problema de periodização agrícola-pedagógica... O terceiro “alvo” salvador da educação nacional também é há muito conhecido: a merenda. Sua importância ninguém nega, mas transformar a escola no espaço ideal para o caldeirão dos pobres é suficiente para mudar o grande malogro da escola brasileira? A base deste malogro está na escola que não transmite conhecimento mínimo e muito menos ajuda a construir estruturas lógicas essenciais para que a criança faça isto por si mesma. Falar muito em merenda mata dois tipos de fome: a daquele dia da criança e a de voto...

Na esfera do outro Poder, a do Legislativo, também estão em gestação grandes remédios. Existe uma nova Lei de Diretrizes e Bases na boca do forno, aguardando a melhor hora do voto de liderança. Nesse “lado”, o lugar-comum ganha ranço comprometido com um vocabulário velhinho que fez muito sucesso na

década de 60... — no qual tudo é descentralizado, todos estão representados, até os estudantes de 1º grau, em um Fórum Nacional de Educação, tudo pautado no “trabalho social (??) como fonte de riqueza”, no qual o próprio Ministério da Educação desaparece, comitês tomam conta de toda a educação, tudo funcionando maravilhosamente nos mais de 200 artigos da “novíssima” lei que vai salvar a educação...

Um jornalista de uma revista semanal fez, recentemente, um grande achado, quando propôs a criação de um museu vivo de idéias. O museu seria o lugar certo para que os adeptos praticassem à vontade suas monótonas verdades, deixando a maioria da sociedade livre para procurar e encontrar outros caminhos.

O Executivo poderia selecionar uma grande área florestal, lá praticando a sua pedagogia-agrícola, desprovida de vestibular. Já o Legislativo poderia desapropriar por decreto um grande teatro, onde, permanentemente, ocorreriam seções com prolongadíssimos debates sobre os males da educação nacional.

Fora desses dois “museus”, o contribuinte brasileiro poderia exigir que a a Constituição fosse cumprida sem manobras orçamentárias, que liquidasse as fatias educacionais; poderia exigir que professores com salário digno fossem periódica e realisticamente reciclados. Poderia exigir também que o movimento que ocupa todo o debate educacional norte-americano de *back to basics* seja conhecido e praticado por nossos educadores de verdade, aqueles que passam o dia e a vida na sala de aula. Caberia ao poder, com a humildade necessária, exigir competência do profissional de educação, oferecendo, primeiro, condições materiais para que a competência aconteça. Tudo sem custosas alterações legais, bastando o que já temos no “Brasil-oficial”. E, se possível, sem maiores discursos.

Talvez, com o tempo, como a saúva, os males da educação também não resistam.

Leonardo Trevisan é professor da PUC/SP e editoria-lista do Estado